


ARQUIVOS SULEADOS: NARRATIVAS PLURAIS E A VISIBILIDADE DE COMUNIDADES HISTORICAMENTE MARGINALIZADAS¹

OUTHED ARCHIVES: PLURAL NARRATIVES AND THE VISIBILITY OF HISTORICALLY MARGINALIZED COMMUNITIES

ARCHIVOS SURREADOS: NARRATIVAS PLURALES Y LA VISIBILIDAD DE COMUNIDADES HISTÓRICAMENTE MARGINALIZADAS

Priscilla Gomes de Araújo²
Gracy Kelli Martins³

Submetido em: 13/03/2026
Aprovado em: 16/03/2026
Publicado em: 21/03/2026

Artigo submetido ao sistema de similaridade 

¹ Artigo submetido, avaliado, aprovado, apresentado e premiado no XXV ENANCIB.

² Doutoranda e mestra em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba. E-mail: priscillagaraujo@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7917-2037>.

³ Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) Marília/SP. Professora associada na Universidade Federal do Cariri. E-mail: gracykelli@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1805-9292>.

Resumo: Este estudo investiga a convergência entre o Paradigma Intercultural-Anticolonial da Ciência da Informação e a Arquivologia Crítica, analisando como essa integração fundamenta práticas decoloniais em arquivos comunitários. Por meio de uma revisão bibliográfica e uma abordagem transdisciplinar, a discussão propõe o suleamento das teorias arquivísticas, confrontando a hegemonia positivista e eurocêntrica que historicamente “norsteia” a área. Também são articulados conceitos como a empatia radical, o conhecimento situado e a performatividade, provenientes das teorias feministas, os quais podem impactar o ato de arquivar, posicionando os arquivos comunitários como espaços estratégicos de resistência, cuidado e justiça social. A análise evidencia que essas revisões teóricas permitem repensar as funções arquivísticas para além dos modelos institucionalizados tradicionalmente, valorizando as narrativas de grupos historicamente silenciados. No cenário brasileiro, embora a produção científica sobre o tema tenha sido identificada como inexpressiva em um levantamento bibliográfico realizado no início de 2026, o campo demonstra iniciativas práticas por meio de iniciativas como o Grupo de Trabalho sobre Arquivos Comunitários (GTAC), formalizado na Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA) em 2024. Conclui-se que o diálogo entre esses paradigmas críticos contribui para o reposicionamento do fazer arquivístico, orientando-o para uma reparação histórica fundamentada na pluralidade de saberes e na transformação social.

Palavras-Chave: Arquivos Comunitários; Arquivologia Crítica; Paradigma Intercultural-anticolonial.

Abstract: *This study investigates the convergence between the Intercultural-Anticolonial Paradigm in Information Science and Critical Archival Studies, analyzing how this integration grounds decolonial practices in community archives. Through a bibliographic review and a transdisciplinary approach, the discussion proposes the “southing” of archival theories, confronting the positivist and Eurocentric hegemony that has historically “oriented” the field. Concepts such as radical empathy, situated knowledge, and performativity—drawn from feminist theories and capable of influencing the act of archiving—are also articulated, positioning community archives as strategic spaces of resistance, care, and social justice. The analysis demonstrates that these theoretical revisions enable a rethinking of archival functions beyond traditionally institutionalized models, valuing the narratives of historically silenced groups. In the Brazilian context, although scientific production on the topic was identified as limited in a bibliographic survey conducted in early 2026, the field has shown practical initiatives through efforts such as the Working Group on Community Archives (GTAC), formalized within the Latin American Archives Association (ALA) in 2024. It is concluded that the dialogue between these critical paradigms contributes to the repositioning of archival practice, guiding it toward historical reparation grounded in the plurality of knowledges and in social transformation.*

Keywords: *Community Archives; Critical Archival Science; Intercultural-Anticolonial Paradigm.*

Resumen: Este estudio investiga la convergencia entre el Paradigma Intercultural-Anticolonial de la Ciencia de la Información y la Archivología Crítica, analizando cómo esta integración fundamenta prácticas decoloniales en archivos comunitarios. Mediante una revisión bibliográfica y un enfoque transdisciplinario, la discusión propone el suleamiento de las teorías archivísticas, confrontando la hegemonía positivista y eurocéntrica que históricamente ha "norteado" el campo. Asimismo, se articulan conceptos como la empatía radical, el conocimiento situado y la performatividad, provenientes de las teorías feministas y que pueden impactar el acto de archivar, posicionando a los archivos comunitarios como espacios estratégicos de resistencia, cuidado y justicia social. El análisis evidencia que estas revisiones teóricas permiten repensar las funciones archivísticas más allá de los modelos institucionalizados tradicionalmente, valorizando las narrativas de grupos históricamente silenciados. En el escenario brasileño, aunque la producción científica sobre el tema fue identificada como poco expresiva en un levantamiento bibliográfico realizado a inicios de 2026, el campo demuestra iniciativas prácticas a través de acciones como el Grupo de Trabajo sobre Archivos Comunitarios (GTAC), formalizado en la Asociación Latinoamericana de Archivos (ALA) en 2024. Se concluye que el diálogo entre estos paradigmas críticos contribuye al reposicionamiento del quehacer archivístico, orientándolo hacia una reparación histórica fundamentada en la pluralidad de saberes y en la transformación social.

Palabras clave: Archivos comunitarios; Archivología Crítica; Paradigma Intercultural-Anticolonial.

1 INTRODUÇÃO

Essa pesquisa trilha caminhos de discussões iniciais e pretende aproximar os novos paradigmas da Ciência da Informação (CI) e da Arquivologia, que se consolidam em resposta às demandas sociais por reconhecimento de registros, informações e narrativas silenciadas, oriundas de grupos atravessados pelos marcadores sociais da diferença. A discussão tem como base teórica o paradigma intercultural-anticolonial e os estudos da Arquivologia crítica, aplicando-os ao contexto dos arquivos comunitários na perspectiva decolonial.

O paradigma intercultural, com vistas aos paradigmas que garantem a cientificidade da Ciência da Informação, é proposto por

Natalia Duque-Cardona (2020), na busca por alternativas não-hegemônicas e decoloniais que fundamentem os estudos culturais e provenientes das epistemologias do Sul, baseado no conhecimento local, contextualizado e em sintonia com a história e a memória latino-americana, nos estudos informacionais.

A Arquivologia crítica tem suas origens nas discussões da teoria crítica da Escola de Frankfurt e vem ampliando, paulatinamente, seus horizontes ao dialogar com outras vertentes críticas, como os estudos de raça/etnia, feminismos, teoria *queer* e as perspectivas decoloniais e anticoloniais. Essas bases teóricas possibilitam refletir sobre as ações da Arquivologia contemporânea, especialmente no que se refere às funções arquivísticas, aos princípios e aos conceitos da área, com o propósito de transformar a teoria e a prática em contraposição a contextos de dominação, com vistas à inserção de grupos marginalizados e à inclusão social nas perspectivas de produção, gestão, representação, acesso e uso de documentos em ambientes de arquivo.

No contexto conceitual, os arquivos comunitários são organismos que abraçam a aplicabilidade dessa discussão. São espaços que podem viabilizar a emancipação de novos fazeres teóricos e práticos na Arquivologia, que contemplam o aprofundamento dessas práticas inclusivas, sob uma epistemologia decolonial.

Essas temáticas ainda são pouco exploradas na literatura científica brasileira, sobretudo em suas inter-relações. Nesse contexto, buscamos responder à seguinte indagação: como o paradigma intercultural-anticolonial da Ciência da Informação e os

estudos da Arquivologia crítica podem contribuir para a consolidação de práticas decoloniais em arquivos comunitários?

Para tanto, nosso objetivo geral consiste em discutir a integração transdisciplinar desses paradigmas no âmbito dos arquivos comunitários. O estudo é de natureza qualitativa, do tipo exploratório, e constitui uma revisão bibliográfica, examinando, na literatura especializada, os temas centrais aqui investigados e suas conexões. Como base teórica, adotamos epistemologias e perspectivas críticas emergentes do Sul global.

2 CAMINHOS SOB UMA PERSPECTIVA SULEADA

Conforme amplamente reconhecido, a Ciência da Informação se consolidou como um campo científico emergente no período pós-Segunda Guerra Mundial, caracterizando-se por abranger os procedimentos envolvidos no ciclo de vida da informação — da produção ao processamento, armazenamento, disseminação, acesso e uso — com vistas à geração do conhecimento (Saracevic, 1996). No entanto, para Carlos Alberto Araújo (2014), a Ciência da Informação passa a ser considerada uma disciplina quando a informação tem suas características e comportamentos explorados, assim como as dinâmicas que regem os fluxos informacionais e de significados, visando à promoção do acesso e da utilidade, uma vez que a informação está inserida na ação humana e nos contextos socioculturais.

Nesse percurso de consolidação da cientificidade da CI, a corrente mais difundida caminha em torno das definições paradigmáticas de Rafael Capurro (2003). O autor afirma que o campo surge sob a vigência do paradigma físico, influenciado pela

Teoria Matemática da Comunicação, a qual concebe a informação como um objeto físico, transmitido de um emissor para um receptor. Dentro desse percurso, o autor apresenta mais dois paradigmas que têm acompanhado o desenvolvimento da CI: o cognitivo, que relaciona informação e conhecimento com base na abordagem cognitivista; e o paradigma social, com foco na constituição social dos processos informacionais.

Em contrapartida, Gustavo Saldanha (2008) apresenta um estudo que propõe uma reflexão crítica sobre a epistemologia da Ciência da Informação fundamentada na obra “A Estrutura das Revoluções Científicas”, de Thomas Kuhn, com sua 1ª edição em 1962. A obra estabelece a noção de paradigmas como elemento central para a consolidação das ciências. No entanto, conforme argumenta o autor, a Ciência da Informação não incorpora integralmente a lógica paradigmática kuhniana, uma vez que, nesse campo, não se observa o mesmo nexos de ruptura e substituição de paradigmas, característico das ciências naturais.

Ainda segundo Saldanha (2008), a área apresenta uma historiografia cumulativa e dialógica, em que diversas correntes teóricas coexistem e se retroalimentam. Ou seja, a transição entre os modelos propostos por Capurro não caracteriza uma revolução científica nos moldes kuhnianos, nos quais um novo paradigma passa a reorganizar o campo científico. A prova disso é que estudos e pesquisas de base matemática, física e cognitiva continuam sendo amplamente explorados e desenvolvidos na área⁴.

⁴ Não desenvolvemos, nesta pesquisa, discussões aprofundadas sobre os estudos epistemológicos relativos à cientificidade da Ciência da Informação. Contudo, consideramos pertinente apresentar um breve recorte do debate em torno do tema, reconhecendo a

Assim, com base na perspectiva da cientificidade dialógica, da solidariedade teórica e da comensurabilidade, bem como da historicidade cumulativa e da aceitação da multiplicidade, que orienta a adoção de “grandes teorias” em lugar de paradigmas (Saldanha, 2008), observam-se os padrões históricos e tradicionais da construção epistemológica da Ciência da Informação, marcados pela branquitude patriarcal, heteronormativa e colonizadora. Nesse contexto, percebe-se que os padrões até então vigentes na CI já não correspondem às exigências das atuais revisões disciplinares, históricas, culturais e sociais que envolvem os processos de circulação da informação em seus diversos modos de registro.

Nesse sentido, a proposta de *sulear* as discussões teóricas em Arquivologia e na Ciência da Informação se pauta no entendimento de Marcio D’Oliveira Campos (1991 *apud* Campos, 2019, p. 01), que propõe o termo como um posicionamento crítico frente às marcas deixadas pelos processos de colonização e subalternidade vivenciados pelas “populações do que se costumava chamar de terceiro mundo, subdesenvolvidos (ou em vias de desenvolvimento), subalternos e populações nativas que vivem de subsistência”.

Ao cunhar o termo *sulear*, Campos (2019) problematiza e se contrapõe à hegemonia implícita no verbo *nortear* — associado ao que está acima, superior, como centro de orientação — e propõe, de forma contra-hegemônica, o reconhecimento do Sul como espaço legítimo de produção de conhecimento. *Sulear* implica valorizar e dar

importância de ampliar e disseminar tais reflexões. Assim, embora comunguemos com as considerações de Gustavo Saldanha (2008), seguimos nas discussões na perspectiva de paradigmas, em respeito às construções teóricas das autorias aqui citadas, mantendo, contudo, o olhar voltado a revisões e a futuras contribuições nossas pesquisas.

visibilidade às epistemologias do Sul, desafiando a lógica dominante da episteme eurocêntrica, que toma o Norte como referência universal, independentemente do hemisfério.

No campo da Arquivologia, a produção documental, as funções arquivísticas e os princípios que a orientam são construções teóricas e práticas que foram constituídas e norteadas sob a influência do positivismo hegemônico europeu e norte-americano, o que suscita uma revisão suleada.

Mais recentemente, na Ciência da Informação, emergiu o paradigma intercultural, proposto por Natalia Duque-Cardona (2020), que busca alternativas não-hegemônicas e decoloniais, fundamentadas nos estudos culturais e nas epistemologias do Sul, com base no conhecimento situado, contextualizado e em sintonia com a história e a memória latino-americana. Para a autora, esse paradigma admite:

[...] más que reinventar, observar con un lente diferente al que se usa habitualmente, dando lugar a otros saberes, epistemes y discursos, los cuales permiten ampliar la mirada sobre la información, por ejemplo, en términos de producción y transferencia de saberes locales (Duque-Cardona, 2020, p. 65).

Quatro anos após a formulação inicial do paradigma intercultural, Duque-Cardona (2024, p. 6) afirma que ocorreu uma “microevolução” no campo, marcada pela ampliação da discussão em torno do elemento decolonial. Esse avanço possibilitou um afastamento das estruturas tradicionais de produção do conhecimento nos contextos acadêmicos e a criação de novas bases epistemológicas. Nesse processo, a autora renomeia sua proposta como paradigma intercultural-anticolonial, ao reconhecer que “em

nenhum caso, a academia devia ostentar e validar em seus conceitos consolidados os temas que já ocorreram no mundo social, mas sim aprender, crescer e dialogar com eles” (Duque-Cardona, 2024, p. 6). No âmbito da Ciência da Informação, esse paradigma se fundamenta em princípios como “autonomia e horizontalidade, apoio mútuo, associação voluntária, igualdade e solidariedade” (Duque-Cardona, 2024, p. 7).

Os estudos críticos, inicialmente ancorados na Teoria Crítica e desdobrados em diversas vertentes — como os estudos de raça, feministas, queer, pós-coloniais e decoloniais —, contribuem para o desenvolvimento e a consolidação da Arquivologia crítica. Michelle Caswell, Ricardo Punzalan e T-Kay Sangwand (2017, p. 02, tradução nossa) definem os estudos arquivísticos críticos como “aquelas abordagens que (1) explicam o que é injusto no estado atual da pesquisa e da prática arquivística, (2) postulam objetivos práticos para como essa pesquisa e prática podem e devem mudar, e/ou (3) fornecem as normas para tal crítica”. Assim, inferem que os estudos críticos arquivísticos são emancipatórios por natureza, com a finalidade de transformar a prática arquivística e a sociedade. Complementam ainda que, no campo acadêmico e profissional, os estudos críticos ampliam as orientações centradas na prática, construindo uma visão crítica dos objetivos dos arquivos na construção de conhecimento e identidade, sob a diversidade de narrativas.

Em sua essência, a teoria crítica nos oferece uma análise do poder em todas as suas formas, fundamental para a compreensão do contexto da criação documental, das funções arquivísticas, da formação de instituições arquivísticas, do alcance, uso e defesa arquivística, de quem

se torna arquivista, como e por que, e de como definimos, ensinamos e praticamos conceitos fundamentais (Caswell; Punzalan; Sangwand, 2017, p. 3, tradução nossa).

As memórias registradas e guardadas em espaços como os arquivos são aqueles escritos e fotografados sob a lente dos colonizadores. Como afirma Djamila Ribeiro (2017), o que foi produzido pelos grupos hierarquizados e não humanizados, foi subalternizado. Seus saberes, valores e produções intelectuais encontram as condições sociais de um lugar silenciado estruturalmente.

Para dar o giro nessa realidade, as transformações não devem ocorrer apenas na prática arquivística, mas também nas teorias que orientam tais práticas. Michelle Caswell e Marika Cifor (2016, p. 24, tradução nossa) propõem nesse contexto “[...] uma abordagem contrastante, inspirada pela ética feminista, que se concentra na empatia radical e nas obrigações de cuidado [...]”, direcionando as ações arquivísticas em quatro tipos de relações afetivas: entre arquivistas e pessoas produtoras de documentos; entre arquivistas e pessoas que estão representadas nos documentos; entre arquivistas e pessoas usuárias dos documentos; e entre arquivista e comunidades.

Nessa perspectiva, instigadas pelas reflexões da antropóloga guarani kaiowá Valdelice Veron (2018), pensar o arquivo com base nas práticas decoloniais implica “fazer o papel falar”, isto é, reconhecer os lugares sociais ocupados por pessoas que fazem parte de territórios historicamente colonizados. Tal compreensão dialoga com a teoria feminista de Patricia Hill Collins (1997), que propõe a análise das relações de poder segundo a localização social dos grupos

subalternizados. Nesse sentido, a intersecção entre raça, gênero, classe e outros marcadores sociais evidencia estruturas que sustentam opressões, desigualdades e injustiças.

Esse debate também se aproxima dos estudos feministas de Donna Haraway sobre o conhecimento situado, que rejeita a pretensão de neutralidade e universalidade da ciência, defendendo que todo conhecimento é produzido de um lugar específico, atravessado por marcadores como raça/etnia, gênero, classe, entre outros. Com base nessa perspectiva, compreende-se que os arquivos também podem ser organizados considerando essa lógica situacional.

Recorre-se ainda à teoria da performatividade, de Judith Butler (1990), segundo a qual o gênero não é uma essência que contenha fixidez, mas uma construção identitária performática mediante repetições, estilizada com ato, gestos e discursos. Ou seja, com base na teoria de Butler, “o ato de arquivar é constituído por meio da repetição de um conjunto específico de ações sancionadas, que se naturalizam em códigos de conduta e de crença” (Cifor; Wood, 2017, p. 13).

Tendo por perspectiva o paradigma intercultural-anticolonial na Ciência da Informação e a Arquivologia crítica — também caracterizada como paradigma em virtude da ruptura com o pensamento e com o fazer científico tradicionais da Arquivologia —, observa-se um giro científico nessas áreas, motivado pela urgência de mudanças nas formas de atuação, em consonância com o contexto social em que estão inseridas. O objeto desses campos, a informação, é o que nutre tal virada paradigmática, por meio do

epistemicídio (Carneiro, 2005), distanciando-se dos valores tecnicistas e positivistas até então presentes nessas áreas.

Nesses termos, na Ciência da Informação, percebe-se que há uma produção crescente de pesquisas feitas na e sobre a América Latina, alinhadas às teorias críticas — o que ainda se apresenta embrionário na Arquivologia no território *Abya-Yala*⁵. No campo científico da Arquivologia, os estudos críticos têm sido amplamente discutidos na América do Norte, especialmente nos Estados Unidos; no entanto, ainda se apresentam incipientes, particularmente no Brasil. Tal constatação se confirma ao observarmos a produção científica nacional, que se mostra inexpressiva ou mesmo nula. Realizou-se um levantamento no início do primeiro semestre de 2026 em bases de dados como a Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), a Base de Dados em Arquivística (BDA), na Pesquisas Arquivísticas Brasileiras (PAB) e nos repositórios de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Arquivologia⁶ da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com os seguintes temas: “teoria crítica” AND “arquivologia/arquivística”, “decolonialidade” AND “arquivologia/arquivística”, e “arquivos comunitários” AND “arquivologia/arquivística”. Utilizando os termos combinados, nenhum resultado foi alcançado.

⁵ Na língua do povo Kuna, “Abya” significa Terra e “Yala” madura, viva ou em florescimento. Abya-Yala é utilizada como uma autodesignação dos povos originários do continente como contraponto à América, nome dado pelos colonizadores europeus. É um processo de construção político-identitário de descolonização do pensamento, ressignificando o movimento dos povos originários. Sua utilização reforça o enfrentamento da hegemonia colonizadora imposta pelas epistemologias do Norte, afirmando, utilizando e evidenciando as epistemologias do Sul (Porto-Gonçalves, 2016).

⁶ Restringimos a pesquisa aos repositórios de dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Arquivologia devido ao objetivo e natureza desta pesquisa, além de suas limitações.

A aproximação dessas discussões paradigmáticas em ambas as áreas fortalece as narrativas silenciadas, evidencia povos tradicionais, comunidades originárias e pessoas historicamente excluídas das representações informacionais e da organização do conhecimento. As discussões visam a uma possível desconstrução de vieses preconceituosos e de combate às reproduções tendenciosas (Miranda, 2019; Garcez; Sales, 2021). As violências epistêmicas e as injustiças sociais, fomentadas pelas lógicas hegemônicas e colonizadoras, precisam ser enfrentadas e fortalecida nos campos (Garcez; Sales, 2021) que possuem a informação como objeto.

Os estudos decoloniais também estão situados sob a égide dos estudos críticos, relacionados com a pós-colonialidade e com os temas de abordagem feminista, étnico-raciais, LGBTQIAPN+⁷ e dos povos e comunidades tradicionais e originárias. Com isso, a informação passa a ser considerada conforme outras perspectivas, significativamente distintas daquelas tradicionalmente adotadas. Nesse sentido, repensar os arquivos se torna central no debate, uma vez que, historicamente, seus processos e narrativas pouco incorporaram os saberes e as vivências dos grupos marginalizados.

Também sob a perspectiva decolonial, esta pesquisa evidencia a necessidade de uma atividade teórico-crítica voltada à revisão das teorias que orientam as práticas arquivísticas, adotando estudos e pesquisas latino-americanas como contrarresposta à hegemonia colonialista imposta em nossas vidas, costumes, pensamentos e

⁷ A sigla tem como significado: L - Lésbicas, G - Gays, B - Bissexuais, T - Transgêneros, Q - Queer, I - Intersexo, A - Assexuais, P - Pansexuais, N - Não-binários e o sinal + refere-se a inclusão de outras expressões de gênero não especificadas nas letras ou para as pessoas que não se reconhecem no padrão cis e heteronormativo (Pinto Junior; Santos Neto, 2023).

produções. Essa hegemonia tem, historicamente, apagado formas de construir conhecimento e identidade baseadas em nossos antepassados, que resistiram aos padrões de poder coloniais. Assim, a busca por diferentes formas de saber e de produção de conhecimento rompe com a lógica unicista e capitalista do mundo, abrindo caminho para uma abordagem mais diversa e plural.

3 DESLOCAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS NA ARQUIVOLOGIA CONTEMPORÂNEA

A Arquivologia e a Ciência da Informação são áreas historicamente influenciadas pela lógica colonialista, pelo pensamento moderno, pela epistemologia universalista e pelo imperialismo positivista. Essa influência se evidencia na predominância ocidental dos discursos científicos, jurídicos e políticos (Sparemberger; Damázio, 2016). Consequentemente, a classificação, a organização e a representação da informação e do conhecimento, bem como a produção documental e as funções arquivísticas, carregam em seus fundamentos teóricos e práticos essa mesma lógica colonial.

Na Ciência da Informação, com o paradigma social, e na Arquivologia, com o paradigma pós-custodial, o aporte teórico-prático se volta para a sociedade e seus indivíduos, mas ainda preserva traços colonialistas. Os novos paradigmas aqui destacados e relacionados propõem avançar criticamente, rompendo com costumes, tradições e hegemonias coloniais. Em contrapartida, evidenciam costumes, culturas, identidades, narrativas e vozes silenciadas, que seguem com sub-representação nos ambientes informacionais, na perspectiva da justiça social.

Na Museologia, área correlata à CI, as discussões teórico-críticas sobre os espaços museais estão mais consolidadas, marcadas por uma virada decolonial desde os anos 1970, a exemplo do reconhecimento dos ecomuseus. Esses espaços propõem uma abordagem descentralizada e comunitária das narrativas e da preservação, em que a própria comunidade é protagonista na construção, gestão e interpretação do patrimônio. Dessa forma, os ecomuseus desafiam as perspectivas coloniais tradicionais, promovendo uma valorização das identidades locais e das narrativas comunitárias, muitas vezes marginalizadas pela mentalidade colonial presentes na constituição dos museus tradicionais (Brulon, 2020).

De acordo com Elisa Machado (2009), na Biblioteconomia, é em meados dos anos de 1970 que o conceito de bibliotecas comunitárias se apresenta na literatura da área e marca uma discussão descentralizada dos espaços formais das bibliotecas. As bibliotecas comunitárias nascem do engajamento das comunidades, sendo fruto do esforço coletivo de pessoas que compartilham o desejo de modificar a realidade em que vivem. Em geral, estão situadas em regiões periféricas, cujo acesso a equipamentos culturais é limitado ou inexistente, seja por fatores geográficos, seja por contextos de vulnerabilidade social.

Porém, não há intenção de estender o debate para esses espaços informacionais. O foco desta reflexão recai sobre a Arquivologia, especialmente nas abordagens voltadas aos arquivos comunitários, compreendidos conforme uma perspectiva crítica e anticolonial. Essa perspectiva contribui para os arquivos e os documentos atuarem na promoção da justiça social, na reparação

das injustiças, na responsabilização por práticas irregulares e preconceituosas, além de preservar e evidenciar as múltiplas identidades (Jimerson, 2007). Os estudos sobre arquivos comunitários começaram a despontar na área da Arquivologia na década de 1980, na América do Norte e no Reino Unido. Já no sul global, é a partir dos anos 2000 que se inicia essa articulação.

Os arquivos comunitários são definidos por Flinn *et al.* (2009, p. 72, tradução nossa) como:

Coleções de materiais reunidos principalmente por membros de uma determinada comunidade e sobre cujo uso os membros da comunidade exercem algum nível de controle. Isso permite que as coleções sejam mantidas totalmente independente das instituições tradicionais de herança cultural [...] de fato, argumentamos que a característica definidora dos arquivos comunitários é a participação ativa de uma comunidade em documentar e tornar acessível a história de seu grupo particular e/ou localidade em seus próprios termos.

Essa definição pode confrontar alguns princípios basilares da Arquivologia, com destaque para: o princípio da proveniência, segundo o qual “o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturados aos de outras entidades produtoras” (Brasil, 2005, p. 136); o princípio da ordem original, o qual preconiza que “o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu” (Brasil, 2005, p. 137); e o princípio da organicidade, o qual afirma que “[...] os arquivos espelham a estrutura, as funções e as atividades da entidade produtora/acumuladora em suas funções internas e externas” (Bellotto, 2006, p. 88), entre outros.

As estruturas convencionais dos arquivos públicos e privados, limitadas pelas funções das instituições ou indivíduos que os

originam, contrastam com a natureza dos arquivos comunitários. Estes apresentam diferenças na terminologia, nas abordagens e suas informações podem estar dispersas entre variadas estruturas setoriais, excluindo-as da “prática arquivística tradicional definida” (Ramsden, 2016, p. 6), dificultando a identificação de conteúdo e das necessidades informacionais diante dessa dispersão. Essa tensão com a Arquivologia tradicional reforça o pensamento e a lógica colonialista, pois perpetua as tradições e a memória do poder hegemônico.

Em contrapartida, para Nesmith (2006), a constituição dos arquivos comunitários pode ser compreendida como uma proveniência social, pois a ação da comunidade é uma forma de ordem original. Nesse sentido, Tognoli e Rocha (2021) afirmam que os conceitos como co-criação e múltipla proveniência são possíveis caminhos para reconfigurar a teoria e a prática na Arquivologia, em direção ao “ativismo arquivístico” (Evans *et al.*, 2015, p. 339), ao evocarem a participação das comunidades nas tomadas de decisão com base em algumas funções arquivísticas como produção, avaliação e descrição.

Dessa forma, é no arquivo comunitário que a comunidade detentora assume o controle da narrativa, da produção, da organização, da descrição e da disseminação da informação, uma vez que são feitas por múltiplas pessoas. Valoriza-se, nesse contexto, a função transformadora dos arquivos comunitários ao desafiarem os modos dominantes da prática arquivística e ao evidenciarem uma dinâmica de cuidado e empatia (Caswell; Cifor, 2016). Nessa direção, para Alencar, Cervantes e Barité (2023, p. 63), “são

expressões da dimensão pluralista e inclusiva focada em uma práxis arquivística crítica, decolonial e inspirada em teorias feministas, que denuncia opressões por meio de propostas e projetos visando pautar a temática da libertação/emancipação em âmbito dos registros e da memória, para grupos socialmente marginalizados”.

Nota-se, dessa maneira, a urgência de ampliar os estudos críticos arquivísticos e a decolonialidade arquivística no contexto da América Latina, em especial do Brasil. Algumas iniciativas internacionais precisam ser fonte de inspiração para a ampliação do movimento ativista entre as pessoas arquivista, tais como: *Community Archives and Heritage Group (CAHG)* – Reino Unido, vinculado à *Archives and Records Association (ARA)*, que promove a troca de conhecimentos sobre arquivos comunitários e patrimônio cultural; a *Archives for Black Lives in Philadelphia (A4BLiP)* – EUA, focado em práticas antirracistas em arquivologia e memória comunitária negra; *South Asian American Digital Archive (SAADA)* – EUA, que preserva e estuda a história de comunidades sul-asiáticas nos EUA; na University of California, Los Angeles (UCLA) – EUA, o *UCLA Community Archives Lab* que investiga o papel dos arquivos comunitários na justiça social e a University College London (UCL) – Reino Unido /*Centre for Critical Heritage Studies* que se dedica a investigação de arquivos comunitários e descolonização.

Entre as iniciativas latino-americanas, identificaram-se no Brasil: o Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI – UFF), que desenvolve pesquisas sobre memória social e arquivos digitais comunitários, com foco em culturas afro-brasileiras e indígenas; o NEAB/UFSC (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) – com o Projeto

Arquivos Decoloniais, que pesquisa arquivos de comunidades negras e quilombolas, questionando a colonialidade nos acervos oficiais; e o GIRA (Grupo de Pesquisa em Informação, Resistência e Arquivos – UFRJ/IBICT), que estuda arquivologia comunitária e epistemologias não-eurocêntricas. Nos demais países, destacamos: a *Red de Archivos Comunitarios de Oaxaca* (México), que articula comunidades mixtecas e zapotecas na gestão de seus próprios acervos; o *Grupo Memoria y Decolonialidad* (Universidad Javeriana - Colômbia), que analisa arquivos de comunidades negras e indígenas do Pacífico colombiano; o *Archivo Feminista Decolonial* (Universidad de Chile), que reúne documentos de feministas indígenas e migrantes; e a *Red Conceptualismos del Sur*, uma plataforma que conecta pesquisadores de arquivos anticoloniais e arte política na América Latina. Dentre tais iniciativas, a que deteve maior atenção durante a busca foi a formalização do Grupo de Trabalho sobre Arquivos Comunitários (GTAC), na composição da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA), cuja aprovação ocorreu na Assembleia Geral da Associação, ocorrida no mês de abril de 2024 na cidade de Montevideu, no Uruguai. O grupo conta com a participação do Arquivo Nacional do Brasil.

As iniciativas mapeadas demonstram ser promissoras para o fortalecimento e a consolidação de pesquisas decoloniais no campo da Arquivologia, por meio da potencialidade dos arquivos comunitários, indicando um movimento importante de valorização das memórias e saberes de comunidades historicamente marginalizadas. No entanto, ainda é necessário avançar, especialmente no Brasil, tanto na prática arquivística quanto na

produção científica da área. Para que essa discussão se amplie e contribua para uma revisão teórico-prática voltada ao paradigma intercultural-anticolonial, é necessário um alinhamento entre os estudos da Ciência da Informação, da Arquivologia e das teorias críticas. Considerando a realidade social, política e cultural da América Latina, há um terreno fértil para tais investigações destacarem os saberes ancestrais, situados e originários deste território, rompendo com os paradigmas eurocentrados que ainda permeiam grande parte da produção acadêmica e das práticas institucionais em arquivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo cumpriu seu objetivo ao discutir, sob uma perspectiva transdisciplinar, a relação entre o paradigma intercultural-anticolonial na Ciência da Informação e a Arquivologia crítica, no contexto dos arquivos comunitários. A articulação entre abordagens teóricas e práticas evidencia a urgência de um giro epistemológico voltado à superação das estruturas institucionais marcadas pela colonialidade, que marginalizaram saberes, práticas e sujeitos em espaços informacionais. Essa relação permite repensar as funções arquivísticas segundo as experiências de comunidades historicamente silenciadas, favorecendo práticas comprometidas com a justiça epistêmica, informacional e social.

Ao sular a reflexão, tomando como base as epistemologias do Sul e as teorias críticas, o estudo colabora para ampliar o debate acadêmico sobre os arquivos comunitários enquanto espaços de resistência, cuidado e produção de narrativas outras. Ainda que os estudos críticos em Arquivologia sejam incipientes no Brasil, este

trabalho reitera a importância de sua expansão, por meio da inserção de práticas decoloniais no fazer arquivístico, e reforça a necessidade de investigações que desestabilizem as estruturas hegemônicas de produção de conhecimento e representação arquivística.

Este estudo se situa em uma fase inicial de investigação ancorada em uma perspectiva decolonial. Ao tomar os arquivos comunitários como ponto de partida, propõe-se também suscitar uma reflexão crítica sobre os modelos tradicionais de arquivos, considerando suas implicações sociais, políticas e epistemológicas. Espera-se que, ao avançar, o estudo contribua para tensionar as bases hegemônicas da área, ampliando o debate acadêmico e incentivando novas pesquisas direcionadas à análise crítica sobre a atuação de arquivistas na gestão dos arquivos e na produção de memórias e saberes plurais.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Maíra Fernandes; CERVANTES, Brígida Maria Nogueira; BARITÉ, Mário. O contexto do uso do termo arquivos comunitários a partir da vertente dos estudos críticos e decoloniais: uma análise terminológica pontual. **Páginas a&b**, v.3, n. 19, p. 55-77, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a4>. Acesso em: 06 mar. 2025.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O que é Ciência da Informação? **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 01-30, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/15958> . Acesso em: 02 abr. 2025.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

BRASIL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em:

<https://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/01/Dicionario-de-terminologia-arquivistica.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BUTLER, Judith. **Gender trouble**: feminism and the subversion of identity. New York: Routledge, 1990.

CAMPOS, Marcio D'Olno. Editorial. **Revista Interdisciplinar Sulear**, [s.l.], ano 2, n. 2, p. 1-4, 2019. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4139>. Acesso em: 5 maio. 2025.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2003, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: Escola de Ciência da informação da UFMG, 2003. Disponível em: https://www.capurro.de/enancib_p.htm . Acesso em: 26 mar. 2025.

DUQUE-CARDONA, Natalia. ¿Ciencia de la Información para qué y para quién? Aproximación a los paradigmas de la Ciencia de la Información en el contexto universitario. *In*: CARDONA, Natalia Duque; SILVA, Franciéle Carneiro Garcês da. **Epistemologias latino-americanas na Biblioteconomia e Ciência da Informação**: Contribuições da Colômbia e do Brasil. Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020. p. 45-71.

DUQUE-CARDONA, Natalia; RESTREPO FERNÁNDEZ, María Camila. Paradigma intercultural para as ciências da informação: uma proposta de Abya-Yala. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais** [...] Vitória: UFES, 2024. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/view/2119> . Acesso em: 02 abr. 2025.

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005, 339 p. Tese (doutorado) –

Universidade de São Paulo, Pós-Graduação em Educação, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/carneiro-sueli-tesepdf/251848294> . Acesso em: 11 abr. 2025.

CASWELL, Michelle; CIFOR, Marika. From Human Rights to Feminist Ethics: Radical Empathy in the Archives. **Archivaria**, [s.l.], v. 81, p. 23-43, 2016. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/13557> . Acesso em: 09 abr. 2025.

CASWELL, Michelle; PUNZALAN, Ricardo; SANGWAND, T-Kay. Critical Archival Studies: an Introduction. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s.l.], v. 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://journals.litwinbooks.com/index.php/jclis/article/view/50/30>. Acesso em: 10 abr. 2025.

CIFOR, Marika; WOOD, Stacy. Critical Feminism in the Archives. **Journal of Critical Library and Information Studies**, [s.l.], v. 1, n. 2, p. 1-27, 2017. DOI: <https://doi.org/10.24242/jclis.v1i2.27>

COLLINS, Patricia Hill. Comentário sobre o artigo de Hekman "Truth and Method: Feminist Standpoint Theory Revisited": Onde está o poder? **Signs**, [s.l.], v. 22, n. 2, p. 375-381, 1997.

EVANS, Joanne; MCKEMMISH, Sue; DANIELS, Elizabeth; MCCARTHY, Gavan. Self-determination and archival autonomy: advocating activism. **Archival Science**, [s.l.], v. 15, n. 4, p.337-368, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-015-9244-6> . Acesso em: 09 abr. 2025.

FLINN, Andrew; STEVENS, Mary; SHEPHERD, Elizabeth. Whose memories, whose archives? Independent Community archives, autonomy and the mainstream. **Archival Science**, [s.l.], v. 9, n. 1, p. 71-86, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-009-9105-2> . Acesso em: 12 abr. 2025.

GARCEZ, Dirnéle Carneiro; SALES, Rodrigo. Decolonizando a organização do conhecimento: um olhar do periódico Knowledge Organization (2000-2020). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 14, p. 1-21, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/195017>. Acesso em: 02 abr. 2025.

JIMERSON, Randall C. Archives for All: Professional Responsibility and Social Justice. **The American Archivist**, [s.l.], v. 70, n. 2, p. 252-281, 2007. Disponível em: [https://americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.70.2.5n20760751v643m7?=. Acesso em: 09 abr. 2025.](https://americanarchivist.org/doi/abs/10.17723/aarc.70.2.5n20760751v643m7?=)

NESMITH, Tom. The concept of societal provenance and records of nineteenth-century Aboriginal–European relations in western Canada: implications for archival theory and practice. **Archival Science**, [s.l.], v. 6, n. 3-4, p. 351–360, 2006. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-007-9043-9>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MACHADO, Elisa Campos. Uma discussão acerca do conceito de biblioteca comunitária. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 1, p. 80-94, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1976/2097>. Acesso em: 30 abr. 2025.

MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. A Organização do Conhecimento e a filosofia do pluralismo religioso no contexto das religiões de matrizes africanas. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20.*, 2019, Florianópolis. **Anais**[...] Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/1374> . Acesso em: 16 mar. 2025.

PINTO JUNIOR, Abraão Muniz; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Estudos de gênero na Ciência da Informação com foco na comunidade lgbtqiapn+. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2023. Anais* [...] XXIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, 2023. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/258103>. Acesso em: 02 mar. 2025.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Abya Yala. *In: Enciclopédia Latinoamericana*. São Paulo: Boitempo, 2016.

RAMSDEN, Sarah. **Defining 'community' in models of community archives**: navigating the politics of representation as archival professionals. 2016, 139 p. Dissertação (mestrado) - Faculty of Graduate Studies, University of Manitoba. Winnipeg,

Canadá, 2016. Disponível em: <https://mspace.lib.umanitoba.ca/server/api/core/bitstreams/189ce00f-61f8-4506-94f4-dbd7caee597/content>. Acesso em: 26 mar. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte - BH: Letramento: Justificando, 2017.

SALDANHA, Gustavo Silva. Thomas Kuhn na epistemologia da Ciência da Informação: uma reflexão crítica. **Informação & Informação**, Londrina, v. 13, n.2, p. 56-78, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1814>. Acesso em: 02 mar. 2026.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p. 41-62, jan./jun., 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22308>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonialidade e para o “novo” Constitucionalismo Latino-Americano. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 271-297, jan./abr., 2016. DOI: <https://doi.org/10.5020/10.5020/2317-2150.2016.v21n1p271>. Acesso em: 02 mar. 2026.

TOGNOLI, Natalia Bolfarini; ROCHA, Gustavo Maçulo de Queiróz. A justiça social na Arquivologia: uma revisão de literatura. **Ágora: Arquivologia em Debate**, [s./l.], v. 31, n.63, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/987>. Acesso em 03 abr. 2025.

VERON, Valdelice. **Tekombo'e Kunhakoty**: modo de viver da mulher Kaiowa. 2018. 42 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) — Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

LICENÇA DE USO

Direitos autorais das pessoas autoras, 2026. Licenciado sob [Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](#) (CC BY 4.0).

PUBLISHER

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ANCIB). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

EQUIPE EDITORIAL

Martha Suzana Cabral Nunes, Maria Cleide Rodrigues Bernardino, Franciéle Carneiro Garcês-da-Silva.

COMO CITAR

ARAÚJO, Priscilla Gomes de; MARTINS, Gracy Kelli. Arquivos suleados: narrativas plurais e a visibilidade de comunidades historicamente marginalizadas. **Tendências da Pesquisa Brasileira e Ciência da Informação**, São Paulo, v. 19, p. 1-26, jan./jun. 2026.